

# DESENVOLVIMENTO RURAL E ORGANIZAÇÕES COLETIVAS (ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS RURAIS) DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DE GOIÁS

**Temática:** Ordenamiento territorial, políticas públicas y desarrollo sostenible

Dr. Evandro César Clemente

Professor dos cursos de Graduação e Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí – email: evandroclemente@yahoo.com.br

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as organizações coletivas (Cooperativas e associações de pequenos produtores rurais) na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás e averiguar como tais organizações têm contribuído para a promoção do desenvolvimento rural, sobretudo, para viabilização da reprodução social, a manutenção no campo de agricultores familiares e a melhoria das suas condições de vida neste território marcado pela forte presença do agronegócio.

**Palavras chave:** desenvolvimento rural, associativismo, cooperativismo, e Sudoeste de Goiás.

## Introdução

O campo brasileiro tem sido marcado pelo predomínio do denominado agronegócio, que se caracteriza por ser um modelo baseado em grandes propriedades rurais, uso intensivo de tecnologias e insumos químicos, mão de obra assalariada, monocultura e tendo a sua produção como destino o mercado externo.

A hegemonia deste padrão produtivo tem resultado em intensa concentração fundiária, marginalização e expropriação dos pequenos proprietários rurais, como também tem gerado degradação dos recursos naturais como solo e águas e contaminação das águas, solos, ar, animais, vegetais e o próprio ser humano.

Por outro lado, tem-se um outro padrão produtivo, que pode trazer maior equidade sob o ponto de vista socioeconômico e menores índices de degradação ambiental, que é o padrão produtivo da agricultura familiar. Porém, este tem sido marginalizado pelo Estado em termos de políticas públicas, já que os maiores volumes de recursos e as principais políticas são direcionadas às propriedades do agronegócio em detrimento da agricultura familiar.

A partir da Constituição Federal de 1988 e das políticas baseadas no enfoque territorial para o campo a partir dos anos 1990, o Estado passou a descentralizar recursos e “incentivar” a participação dos atores locais, assim a organização coletiva dos atores locais passou a ser muito relevante na busca de recursos e representatividade. Deste modo, o Estado passou a atuar estimulando a formação de associações e cooperativas entre os agricultores familiares.

As políticas estatais voltadas aos agricultores familiares, como o PNPB, PAA, PNAE exigem como condição para o acesso dos agricultores familiares aos seus benefícios, que ele esteja vinculado à alguma organização social (associação ou cooperativa).

A região do Sudoeste de Goiás é caracterizada pelo predomínio da agricultura capitalista (agronegócio), formada a partir dos anos 1960 com base no pacote da Revolução Verde e, no caso específico do Sudoeste de Goiás, com a aplicação da Teoria dos Pólos de desenvolvimento e de

políticas estatais centradas estritamente no crescimento econômico, sem preocupações sociais, culturais e/ou ambientais.

Cumprir lembrar que a pesquisa encontra-se em andamento. Os procedimentos metodológicos utilizados para a consecução da pesquisa é o levantamento bibliográfico acerca do assunto proposto, levantamento de dados primários será realizado a partir de entrevistas com os líderes (presidentes) das associações e/cooperativas, representante dos Poder Público, lideranças de movimentos sociais e técnicos vinculados à produção agropecuária. Também serão levantados dados de fonte secundária no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás (SIEG) acerca de dados e informações acerca dos municípios regionais.

## **As transformações na agricultura e a formação das organizações coletivas no Sudoeste de Goiás**

A “modernização” da agricultura, iniciada em fins dos anos 1950 no Brasil, não se expandiu de maneira homogênea pelo território nacional. Foi um processo que apresentou um desenvolvimento desigual (KAGEYAMA, 1987) e seletivo (DELGADO, 1985). Assim, restringiu-se aos Estados do Centro-Sul do país, aos grandes e médios proprietários rurais, em detrimento dos pequenos agricultores familiares, bem como às matérias-primas agrícolas voltadas para a exportação ou para o processamento agroindustrial em grande escala, casos da soja, laranja e cana-de-açúcar, em prejuízo dos produtos agrícolas tradicionais, que sempre fizeram parte da dieta alimentícia dos brasileiros, como arroz, feijão, mandioca, entre outros (DELGADO, 1985).

De acordo com Queiroz (2010), na escala do estado de Goiás também houveram regiões que foram “privilegiadas”, como as do Centro e do Sul Goiano e as Microrregiões Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Catalão e Pires do Rio. Por outro lado, as regiões do Norte e Oeste do estado não passaram pelo mesmo processo.

A implantação da agricultura capitalista (agronegócio) redundou na exacerbação de problemas de ordem socioeconômica, intensificação da concentração fundiária, aumento das desigualdades sociais no campo, expropriação dos pequenos proprietários, superexploração da mão de obra rural a partir da expansão do trabalho assalariado temporário, em condições bastante precárias (bóias-frias), que também resultou na geração de impactos ambientais, a começar pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, insumos químicos e do manejo inadequado dos solos. Podemos observar, como resultado direto, o fortalecimento no Brasil do denominado “agronegócio”, pautado na produção monocultora e que apresenta elevada tecnificação e, portanto, com alta competitividade no mercado internacional. Porém, toda essa competitividade ocorre à custa de processos espúrios de produção, como a superexploração da mão de obra e a forte degradação dos recursos naturais, como os solos e as águas, como consequência do emprego de sistemas produtivos agrícolas fortemente predatórios (CLEMENTE, 2011).

No caso da na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás, havia até os anos 1960 o predomínio da pecuária extensiva e de uma agricultura para o auto consumo. A partir dos anos 1960 e consolidando-se nos anos 1970 e 1980, houve a implantação de um modelo produtivo agrícola em grandes propriedades integradas às agroindústrias. Foi neste período que ocorreram as principais transformações no espaço agrário regional. Essas mudanças foram desencadeadas pela adoção do pacote da denominada revolução verde (aplicação de insumos modernos e da mecanização) e da implementação de políticas estatais consubstanciadas na Teoria dos Pólos de Desenvolvimento, resultando no desenvolvimentismo, em que o crescimento econômico tornou-se o objetivo primordial a ser alcançado. Isso resultou na implantação de uma agricultura de caráter empresarial que utiliza insumos e técnicas bastante modernas e apresenta altíssimos índices de produtividade no

Sudoeste de Goiás. O Estado também criou as condições para integrar agricultura e indústria, formando o Complexo Agroindustrial brasileiro.

Naquela época, cumpre lembrar que foram determinantes para alavancar a expansão desse modelo produtivo, a criação de políticas estatais com este propósito, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (em escala nacional), do POLOCENTRO - Programa para o desenvolvimento do Centro Oeste - e do PRODECER – Programa de Cooperação Nipo Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965 foi fundamental na oferta de crédito farto e barato aos grandes proprietários rurais de todo o país. Além disso, teve papel decisivo a EMBRAPA e as tecnologias de adubação, calagem e mecanização da produção agrícola, que possibilitaram a ocupação agrícola do Cerrado.

Já a criação do POLOCENTRO ocorreu em 1975 e teve como objetivo incentivar e apoiar a ocupação racional do Cerrado a partir do uso de tecnologias em grande escala, visando estabelecer e consolidar um modelo produtivo agrícola empresarial. Por meio do programa, o Estado brasileiro buscou “abrir a fronteira agrícola” do país e assim destinou crédito farto e barato (subsidiado) somente a indivíduos que demonstravam capacidade de estabelecer uma exploração agrícola nos moldes empresariais. Deste modo, esta política favoreceu os grandes proprietários rurais em detrimento direto dos pequenos proprietários, que passaram a enfrentar sérias dificuldades em permanecer no campo (PEDROSO e SILVA, 2005).

Por sua vez o PRODECER foi implantado a partir de 1980. Resultou de um acordo do Governo brasileiro com o Governo japonês para a produção de grãos visando à exportação, contribuindo para consolidar uma agricultura empresarial no Cerrado para produção de soja e milho, culturas que não fazem parte da cultura alimentar do brasileiro. Além disso, o programa teve papel decisivo na expropriação de significativo número de pequenos produtores no Cerrado brasileiro (PESSOA; INOCÊNCIO, 2014).

No que concerne às organizações coletivas e tendo em vista o modelo produtivo estabelecido para a produção agropecuária no Sudoeste de Goiás, teve origem ali no município de Rio Verde a COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda). Esta cooperativa foi fundada em 1975 e atualmente conta com 6.500 cooperados. Ela surgiu no âmbito do processo de implantação da agricultura altamente tecnificada no Sudoeste de Goiás. Gonçalves (2008) assevera que a fundação da COMIGO ocorreu na mesma época em que se implantou o POLOCENTRO em 1975 e contribuiu direta e indiretamente para que, tanto o município de Rio Verde, quanto a região tenha essa configuração territorial hoje. Assim, a fundação da COMIGO ocorreu em consonância com a implantação desta agricultura empresarial, sendo ela própria um agente que contribuiu para a viabilização deste processo.

Sobre o papel do cooperativismo no processo de tecnificação da agricultura brasileira, Serra (2013) demonstra que:

Durante o período do “milagre brasileiro”, nos anos 1970, o Governo investiu pesado na modernização da agricultura e ao mesmo tempo em que os agricultores eram beneficiados com empréstimos altamente favorecidos para custear a transformação de suas áreas de cultivo, as cooperativas também eram contempladas com linhas especiais de crédito. Foi com essas linhas de crédito que elas conseguiram se equipar com sistemas de armazenagem a granel para a estocagem da soja, do trigo e do milho, principais produtos que passaram a serem cultivados nos Estados do Sul e do Sudeste, os primeiros a aderir ao novo modelo agrícola. Da mesma forma, foi com recursos subsidiados que as cooperativas se equiparam com as indústrias de transformação que lhes garantiram lugar de destaque a jusante do Complexo Agroindustrial, como beneficiadoras das matérias primas entregues pelos agricultores associados (SERRA, 2013, 19).

De acordo com Batista e Mattos Júnior (2007), a COMIGO atualmente representa um bom exemplo do complexo agroindustrial, uma vez que centraliza todas as etapas do processo produtivo

e figura entre as 15 maiores cooperativas do Brasil e é referência de cotação de preços em âmbito regional. A cooperativa atua nos seguintes ramos e atividades: 1) fabricação de adubos; 2) armazenagem e processamento de soja e produção de derivados, como óleo e farelo; 3) geração de energia elétrica com utilização de madeira do reflorestamento próprio e, 4) laticínios.

Importante destacar que o cooperativismo teve origem no contexto de consolidação do capitalismo e das consequências sociais e econômicas geradas por este na Europa no século XVIII. Foi gestado a partir das iniciativas e propostas dos denominados “socialistas utópicos”, como Saint Simon, Charles Fourier, Robert Owen, dentre outros. Assim, constituiu-se numa proposta visando a resolução das mazelas trazidas pelo capitalismo. Owen, por exemplo, baseava suas principais ações em combater o lucro, a concorrência, por considerá-los os maiores responsáveis pelos males e injustiças sociais e em combater a divisão social entre operários e patrões, pois considerava que toda a produção devia ser dos trabalhadores. Fourier, por sua vez, procurou harmonizar os interesses dos trabalhadores, dos capitalistas e dos consumidores (SERRA, 2013).

Apesar de na origem o cooperativismo ter uma vinculação profunda com o socialismo, contraditoriamente, no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1930, o cooperativismo se deu capitaneado pelo Estado brasileiro, de modo a fortalecer a expansão do modo de produção capitalista.

Em 1932 foi lançado o Decreto 22.239, pelo qual o Estado passou a regular a constituição de cooperativas e incentivar a sua expansão, concedendo isenção de impostos para aquelas que já existiam e facilitando as que estavam em vias de formação. Com isso, o movimento deixou de ser legítimo dos produtores (de baixo para cima) para ser um instrumento de política a serviço dos interesses do Estado (de cima para baixo). Assim, as cooperativas agrícolas se tornaram grandes empresas agroindustriais, viabilizadas neste caso pela ajuda estatal e pela agregação de valores possibilitada pela industrialização das matérias primas agrícolas (SERRA, 2013).

Apesar da COMIGO contar com pequenos, médios e grandes produtores dentre seus cooperados, é preciso pontuar que ela possui uma atuação empresarial. Em entrevista com um dirigente da referida cooperativa em dezembro de 2014, este afirmou que a instituição “trata todos os produtores da mesma forma, tanto o pequeno quanto o grande”.

A atuação das grandes cooperativas agrícolas no Brasil, por estarem voltadas para uma atuação empresarial, em consonância a um padrão produtivo que privilegia os grandes proprietários, não tem proporcionado aos agricultores familiares os benefícios que poderiam ser ofertados sob uma outra lógica do cooperativismo. No caso da COMIGO, por exemplo, o único segmento que ela atua em que a agricultura familiar se apresenta de modo expressivo é o leite, pois a produção de grãos, como é sabido, é dominada por grandes proprietários.

A partir da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar) em 1996 e de outras políticas públicas voltadas para os agricultores familiares nos anos 2000, tais políticas passaram a fomentar a organização dos agricultores familiares em associações e cooperativas. Mais uma vez, o Estado tem sido o principal indutor deste processo, ao exigir destes a participação em alguma organização coletiva para ter acesso aos benefícios das políticas públicas. Não tem havido um movimento de base, oriundo, portanto, dos próprios agricultores familiares na formação destas organizações coletivas. Isso tem ocorrido de forma pontual e em casos isolados, à exceção dos estados sulinos, que por diversos motivos, apresentam tradição e eficiência na formação de associações e cooperativas.

## **Condições da agricultura familiar na MRG Sudoeste de Goiás e sua relevância no desenvolvimento rural**

Mesmo num território marcado pela expressiva força do agronegócio, como resultado das políticas “modernizantes” da agricultura nos anos 1970 e 1980, na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás, a agricultura familiar continua presente. Existem os agricultores familiares denominados de tradicionais e também os assentados.

Mesmo tendo sido avassalador o processo de implantação da agricultura capitalista no Sudoeste de Goiás, é possível verificar por meio da Tabela 01, que existe um conjunto de agricultores familiares na Microrregião.

**Tabela 01 – Estrutura fundiária da Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás - 2006**

hectares	Número de estabelecimentos	percentagem	Área dos estabelecimentos	percentagem
<b>0 a menos de 10</b>	811	7,6	4.035	0,1
<b>10 a 50</b>	3.222	30,3	97.080	2,2
<b>50 a 100</b>	1.273	11,9	92.974	2,1
<b>100 a 500</b>	3.027	28,4	765.502	17,2
<b>500 a 1.000</b>	1.169	11,1	831.092	18,7
<b>1.000 e mais</b>	1.088	10,2	2.651.239	59,7
<b>Produtor sem área</b>	56	0,5	0	0
<b>total</b>	10.646	100	4.441.924	100,0

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 – IBGE.

Verifica-se que os estabelecimentos agropecuários com até 100 hectares perfazem 78,2 % do número total de estabelecimentos na MRG Sudoeste de Goiás. Porém, ocupam apenas 4,4% da área total dos estabelecimentos. Isso denota que a agricultura familiar, apesar de resistir, ficou bastante reduzida na região. Os estabelecimentos de porte médio, situados entre 100 e 500 hectares perfazem 28,4% do número total e ocupam 17,2% da área regional. Por outro lado, os grandes estabelecimentos com mais de 500 hectares representam 21,2% do número total de estabelecimentos e ocupam 78,4% da área total.

Por estes dados se comprova facilmente o amplo predomínio de grandes estabelecimentos agropecuários na MRG do Sudoeste de Goiás, ficando a agricultura familiar, que mesmo presente, marginalizada.

Reconhece-se que o advento da agricultura moderna na MRG Sudoeste de Goiás foi responsável pela criação de um sistema de produção agropecuário com altos índices de produtividade, apesar também das conseqüências sociais e ambientais que também trouxe, as quais foram apontadas anteriormente.

Ao mesmo tempo em que a agricultura na MRG do Sudoeste de Goiás é pujante, “moderna”, apresenta altas taxas de produtividade, verifica-se que em alguns municípios como Jataí e Rio Verde, os dois principais da Microrregião, precisam buscar em outras regiões os produtos alimentícios de que sua população necessita. É sabido que a produção de alimentos no Brasil é majoritariamente realizada pela agricultura familiar. Isso demonstra claramente que há espaços no mercado local a serem ocupados pela agricultura familiar. Essa situação é demonstrada por Guimarães, Ribeiro e Echeverria (2011):

É importante salientar que muitos produtos de hortifrutigranjeiros comercializados nessa feira vêm de outras cidades, inclusive da Central de Abastecimento/CEASA de Goiânia, capital do estado, principalmente frutas, mas também hortaliças, o que indica espaços a serem ocupados pelos produtores locais, diminuindo custos econômicos, sociais e ambientais, relacionados aos custos de transporte e combustíveis, à ocupação de espaços

produtivos, emprego de mão-de-obra, dentre outros. (GUIMARÃES, RIBEIRO e ECHEVERRÍA, 2011, p. 07-08).

Hespanhol (2008) observa que, se por um lado, o agronegócio apresenta vantagens alocativas em relação à agricultura familiar, a maior escala de produção e o elevado nível tecnológico, por outro, a agricultura familiar apresenta vantagens distributivas, como: grande capacidade de absorver mão de obra, ambientalmente menos agressiva (tem mais chances de exercer a exploração sustentável da agricultura).

No caso, a tendência da monocultura é de expandir a sua produção, ampliando, cada vez mais a oferta e diminuindo seus preços. Deste modo, as margens de lucro têm sido cada vez menores, impelindo os produtores a adotarem tecnologias de elevado custo e a ampliarem a escala de produção, buscando diminuir os custos unitários de produção. Por conta do predomínio deste padrão produtivo, cada vez mais tem se tornado inviável a produção agrícola em pequenas áreas e tende a reforçar a produção em grandes áreas, formando as monoculturas (HESPANHOL, 2007).

Em face da insustentabilidade da produção em moldes puramente capitalistas (monocultura), muitos autores defendem a produção agrícola realizada em pequenas propriedades familiares. Por operar em menor escala, sob outra “lógica”, pelo “apego” à terra que possuem os pequenos proprietários rurais, pela maior integração da produção à dinâmica natural em função da diversificação produtiva (pecuária bovina, suínos, aves, conjugados com a produção agrícola), tende a haver “maior harmonia” com o sistema e o ritmo da natureza. Isso tem chamado atenção de estudiosos e constituído, assim, uma “alternativa” frente à produção capitalista/monocultura, que apresenta um modelo fortemente predatório dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, concentrador de renda.

Carmo (1998) corrobora esta afirmação e considera a agricultura familiar como o *locus* ideal para uma agricultura sustentável.

A produção familiar, dada as suas características de diversificação/integração de atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas, pode representar o *locus* ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável. É fundamental, porém, que seja alvo de uma política estruturada e implementada para este fim. Um novo padrão de desenvolvimento definido pela autosustentabilidade, potencializa a participação da agricultura familiar na oferta agrícola, embora não seja um segmento homogêneo. (CARMO, 1998, p.15).

Além da autora supracitada, Caporal: Costabeber (2000) também apontam a agricultura familiar como *locus* ideal da produção sustentável na agricultura, operando numa lógica distinta da puramente capitalista.

Também exige compreender, desde o início, que a agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e que, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. Obviamente, se trata de uma lógica diferente daquela que impulsiona a agricultura capitalista. (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.10).

Daí, a importância, por exemplo, da produção de subsistência, assim como a produção de bens de consumo em geral, que não costumam aparecer nas medições e estudos monetários convencionais, mas que são importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

Existe significativo número de agricultores familiares que tiveram e têm suas condições de vida pioradas, porém, ao mesmo tempo constituem um segmento social de fundamental relevância para a promoção do desenvolvimento rural, visto que em escala nacional, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar perfaz 4.367.902 estabelecimentos rurais do país, que representam 84,4% do total (5.175.489 estabelecimentos), porém ocupa apenas 24,3% (ou

80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Mesmo ocupando menor porção da área agricultável do país, responde por 38,0% do valor da produção (ou 54,4 bilhões de reais).

Outro dado positivo tem sido a geração de ocupação e renda, de modo que 12,3 milhões de trabalhadores ocupados no campo brasileiro trabalham em estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 74,4% do total de ocupados no campo.

### **Filiação sindical, associação e cooperativa dos produtores rurais do Sudoeste de Goiás**

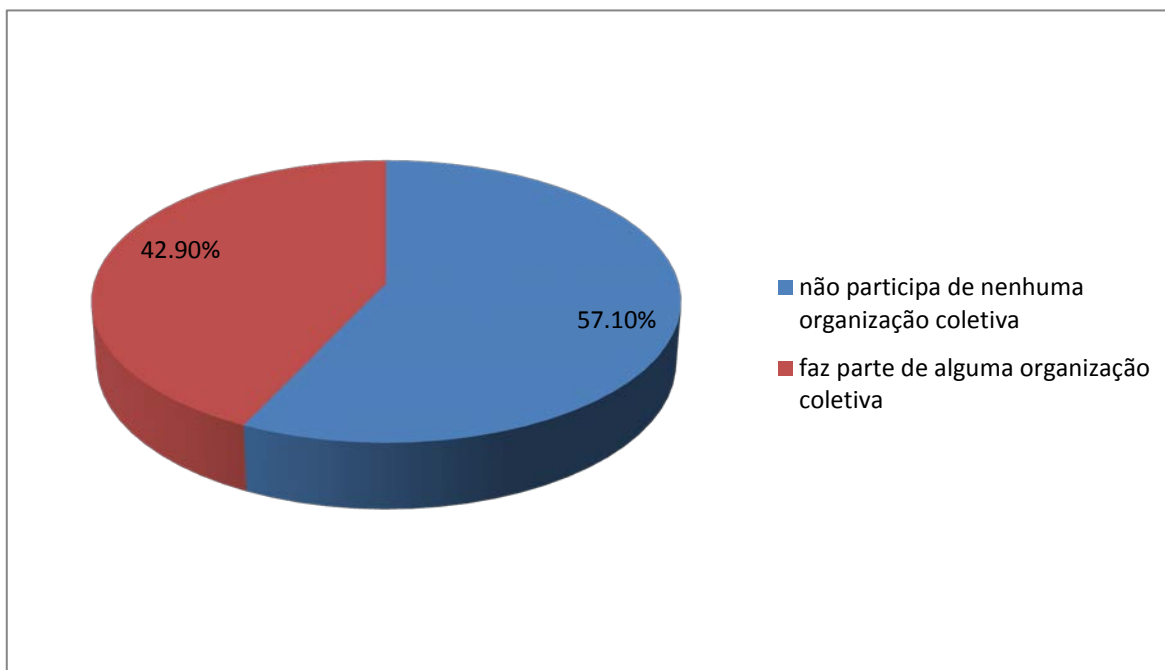
A filiação a uma organização coletiva (associações e/ou cooperativas) pelos produtores rurais tem se constituído numa estratégia de inserção econômica dos produtores rurais e numa possibilidade de reprodução social, tendo em vista que a organização associativa potencializa a superação das barreiras impostas pelos capitais comercial, industrial e financeiro, tanto para a compra de insumos quanto para comercialização de produtos agropecuários. Além disso, tem possibilitado o acesso às políticas públicas. As cooperativas podem trazer ganhos para os produtores por alguns motivos, como a eliminação de intermediários, a agregação de valor ao produto pelo beneficiamento e transformação deste, como também por diminuir custos na aquisição de insumos e equipamentos pela compra ser realizada em grande escala, que permite diminuir os custos unitários.

O crescimento econômico que a cooperativa almeja e tem condições de proporcionar ao quadro associativo, no caso produtores rurais, pode ser extraído através das vantagens obtidas com a redução dos custos e com o aumento das margens de lucro, o que se dá, basicamente, em três dimensões: pela eliminação dos intermediários, pela agregação de valores aos produtos e pelas compras e vendas em comum. Com o rompimento da cadeia de intermediação, a cooperativa diminui a distância entre produtores e consumidores e passa a ter condições de reduzir custos e maximizar lucros, pela apropriação das fatias que tradicionalmente ficavam em poder dos intermediários. A agregação de valores é obtida por meio das condições que a cooperativa tem de não ser apenas uma empresa mercantil, que recebe e repassa matérias primas e de se transformar em empresa agroindustrial, que recebe matérias primas e as transforma em produtos industrializados. Com as compras e vendas em comum, o crescimento econômico é sustentado pela lógica do mercado segundo a qual se comprando em grandes quantidades obtém-se preço menor e vendendo-se em grandes quantidades obtém-se preço maior para o produto. (SERRA, 2013, p. 13).

Verificando a Figura 01, constata-se no Sudoeste de Goiás, que 4.562 produtores fazem parte de alguma organização coletiva, que perfaz 42,9% do número total de produtores da região. Por outro lado, a maior parte deles não pertence a nenhum sindicato e a nenhuma organização, sendo 6.084 produtores, ou seja, 57,1% do total.

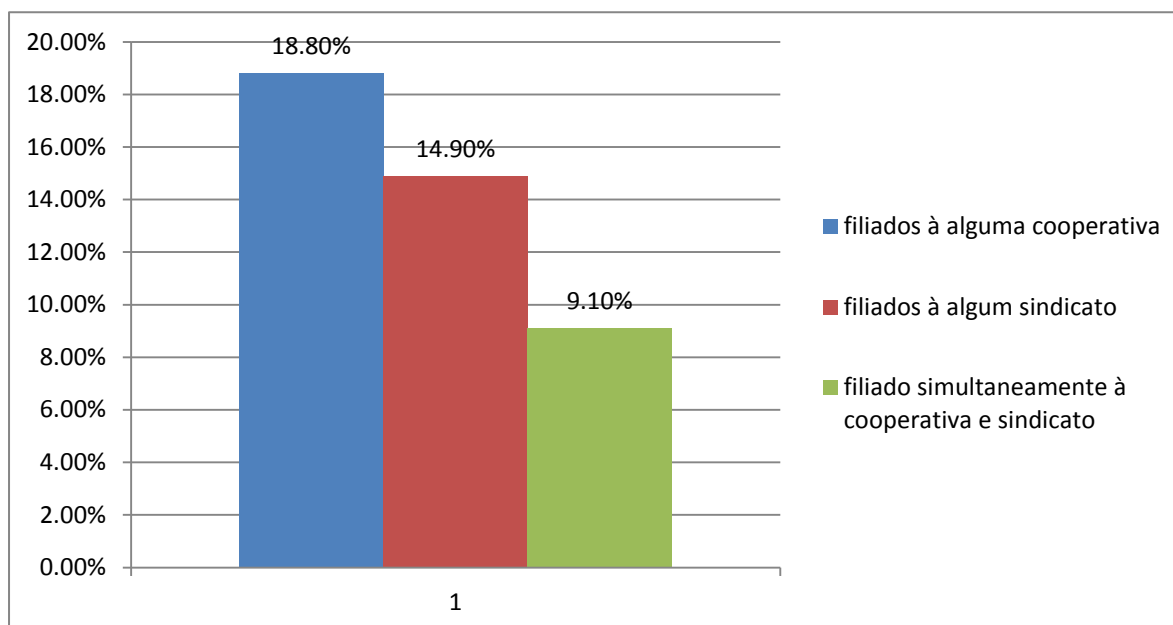
Dos 4.652 produtores que pertencem à alguma organização coletiva, 2.002 ou (18,8% do total) são filiados à alguma cooperativa. Ainda de acordo com o Censo, 1.589 (14,9% do total) deles são sindicalizados. Somente 971 deles, ou (9,1% do total) pertencem simultaneamente à algum sindicato, associação e/ou cooperativa, conforme se observa na Figura 02.

**Figura 01 – Índice de participação dos produtores rurais da MRG do Sudoeste de Goiás em organizações coletivas**



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 2006. Org. Evandro César Clemente.

**Figura 02 – Tipos de filiação dos produtores rurais da MRG do Sudoeste de Goiás - 2006**



Fonte: Censo Agropecuário de 2006. Org. Evandro César Clemente.



Diante destes dados, podemos considerar que seja razoável a participação dos produtores rurais do Sudoeste de Goiás em organizações coletivas. Sabe-se que as maiores participações encontram-se na região sul do Brasil, devido às condições histórico geográficas culturais.

Consideramos positiva a organização coletiva dos agricultores familiares, que conseguem melhores condições de negociação frente à inserção ao mercado e acesso às políticas públicas. No entanto, não se pode perder de vista que o Estado brasileiro vem, indiretamente, organizando os agricultores familiares a partir dos anos 1990 por intermédio das políticas públicas direcionadas a este segmento de produtores, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PNBP (Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel), dentre outros.

Oliveira (2014) assevera que organização dos agricultores familiares em organizações coletivas não vem levando em consideração a heterogeneidade espacial (que se desdobra nas esferas social, econômica, política e cultural) da produção familiar num país tão vasto e diverso como o Brasil. Assim, esse movimento não tem sido gestado a partir da base e por isso não está baseado nos pressupostos de autonomia aos grupos sociais que o integra. Pelo contrário, pois o Estado tem elaborado políticas públicas que estabelecem como condição para o acesso a participação em organizações coletivas. O resultado é que:

Tal processo ao invés de possibilitar a aproximação e fortalecimento de uma entidade de classe da produção familiar, intensifica a fragmentação existente entre os pequenos produtores que ao institucionalizarem associações e federações disputam entre si os recursos públicos destinados à produção familiar nas diferentes escalas de poder público: municipal, estadual e federal (OLIVEIRA, 2014, p. 01).

Neste caso, tem-se que os agricultores familiares devem procurar utilizar tais organizações coletivas como canais de participação e construir espaços de representação política e aglutinação de seus interesses de modo a alcançar a emancipação e a autonomia, superando assim o caráter induzido do Estado.

Deste modo, na MRG do Sudoeste Goiano também surgiram cooperativas e associações de produtores voltadas para o público da agricultura familiar. Algumas das mais importantes são a COPARPA (Cooperativa Mista Agropecuária do Rio Doce) e a COOPAF (Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares Economia Solidária Produção Agroecológica de Rio Verde e Região) com sede no município de Jataí e Rio Verde, respectivamente.

#### *A COPARPA - Cooperativa Mista Agropecuária do Rio Doce - Jataí*

Esta cooperativa foi fundada no final dos anos 1990, portanto, diferentemente do cooperativismo no Brasil em meados do século XX que tinha por objetivo a agricultura empresarial, esta nasceu focada nos agricultores familiares, tendo como principal motivação o acesso destas às políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Ela tem centrado suas ações junto aos produtores nos segmentos de leite, soja (biodiesel) e frango de granja. O leite representa 40% de toda comercialização da cooperativa, que conta com aproximadamente 300 produtores que entregam leite. No caso do leite, a cooperativa possibilitou que pequenos produtores, que entregam até 100 litros por dia de leite pudessem continuar produzindo, já que a Normativa 51, que passou a valer a partir de 2005 e estabelecia a obrigatoriedade do leite ser armazenado em tanques de resfriamento, visando garantir a qualidade do produto (CLEMENTE, 2006). Como os pequenos produtores de leite não tinham produção numa quantidade que viabilizasse a compra do tanque, a saída foi a associação à alguma organização coletiva, que possibilitou a manutenção da produção e da renda a

estes produtores, que conseguiram, inclusive, melhor remuneração no mercado pelo seu produto, já que o leite passou a ser pago por quantidade e qualidade entregue nos laticínios.

A Coparpa disponibiliza os tanques de resfriamento para o armazenamento para o leite. Porém, para comercializar com esses produtores, a cooperativa cobra um montante de 1,5% do volume total produzido por cada cooperado para custos de manutenção. Porém, é válido destacar que o preço do leite varia de acordo com a localização que o leite é recolhido, dessa forma, o preço é ditado pela logística. A cooperativa mantém uma relação de parceria com a COMIGO, que é responsável pela captação do leite de seus associados. A Coparpa comercializa aproximadamente 900 mil litros de leite por mês.

No caso do frango de granja, a cooperativa atua junto à agricultura familiar por intermédio do PAA e PNAE. Esse tipo de produto, a cooperativa apenas adquire para realizar a comercialização, sendo um intermediário entre os produtores e o mercado.

A Coparpa tem buscado expandir sua área de atuação, atua com o Biodiesel e Leite nos municípios de Rio Verde, Paraúnas e Santa Helena de Goiás. - A Coparpa comercializa aproximadamente 900 mil sacas de soja por mês. Tem uma atuação junto à Caramuru e a Granol. A produção de soja dos agricultores familiares é viabilizada pelo PNPB, um programa do Governo Federal criado em 2004 que visa justamente inserir a agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel.

Apesar da cooperativa centrar suas ações nos agricultores familiares, ela também trabalha com grandes produtores. Entretanto, seu estatuto limita a participação dos grandes produtores a no máximo 30% de total de cooperados. Nessa perspectiva, a cooperativa avalia que os pequenos produtores têm vantagem em ser associado, visto que a Coparpa proporciona maior poder de negociação aos pequenos produtores.

De acordo com dados fornecidos pela instituição, existem atualmente 1500 cooperados, distribuídos em 14 áreas de assentamentos e também em outras localidades de agricultores tradicionais, distribuídos por vários municípios da MRG Sudoeste de Goiás.

As reuniões dos produtores de leite acontecem uma vez todo mês, geralmente no dia do pagamento mensal, em que a coordenação da cooperativa aproveita para debater assuntos de interesses da Coparpa e dos produtores cooperados. Essas reuniões acontecem na sede da cooperativa, situado no Assentamento Rio Paraíso.

A cooperativa também disponibiliza 8 agrônomos para prestar assistência técnica aos produtores associados e auxiliar na formulação de projetos para os produtores acessarem às políticas públicas da agricultura familiar e não há cobrança direta sobre esse tipo de serviço.

### *COOPAF - Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares Economia Solidária Produção Agroecológica de Rio Verde e Região*

A COOPAF foi criada em 22 de setembro de 2009 no município de Rio Verde. Atualmente conta com 943 cooperados em todos os municípios de atuação no Sudoeste de Goiás. Tem atuado na produção de soja para o biodiesel, mediando a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros para o PAA e o PNAE, além de atuar na captação do leite entre os cooperados, em que empresta os tanques de resfriamento aos produtores rurais.

Ela possui 946 cooperados, que estão concentrados em sua grande maioria nos municípios de Rio Verde, Turvelândia, Montividiu e Santa Helena de Goiás e, em menor grau, em outros municípios próximos, como Jataí, Acreúna, Paraúna e Quirinópolis.

A cooperativa trabalha com 14 assentamentos, atendendo também aos produtores de comunidade tradicional. Trabalhando com as linhas do PRONAF, PAA e PNAE. Disponibiliza 4 engenheiros e 13 técnicos para atender seus associados.

De acordo com um dirigente da COOPAF, as maiores dificuldades dos pequenos produtores rurais está relacionada com a padronização da produção, pois o mercado é cada vez mais exigente. Nessa perspectiva, a cooperativa busca conseguir crédito para os pequenos produtores rurais, segundo os relatos, já foram investidos 320 mil para a produção.

## **Considerações finais**

É inegável que as organizações coletivas têm possibilitado aos agricultores familiares a inserção ao mercado com maior poder de barganha e acesso às políticas públicas. No entanto, tal processo vem sendo induzido pelo Estado, resultando na fragmentação destes grupos, gerando disputas por recursos estatais nas diferentes escalas entre eles, o que destacamos como aspecto a ser superado. Os próprios agricultores familiares, via os canais de participação que se abriram com as políticas públicas que estão voltadas para eles, têm o desafio de criar organizações coletivas legítimas, autônomas, emancipando-se assim desse caráter induzido pelo Estado. Neste caso, contraditoriamente, as próprias organizações coletivas (associações e cooperativas) criadas via indução estatal, podem ser o meio que viabilize esse processo, podem vir a ser o amálgama que pode criar essa coesão entre os agricultores familiares na busca pela sua emancipação.

A emancipação e a melhoria das condições de produção e de vida dos agricultores familiares é fator decisivo e fundamental na garantia do desenvolvimento rural em todas as suas dimensões.

## **Referências**

BATISTA, Ederval Everson; MATTOS JÚNIOR, José Sampaio de. A importância da produção de grãos para a atual estrutura produtiva agrícola do município de Rio Verde-GO. *Revista Formação*, Presidente Prudente, nº14 volume 2 – p. 35-47.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A.; *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: Perspectivas para uma nova Extensão Rural (2000)*. In: <http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/AgroecologiaRGS.pdf> acesso em 14 de dezembro de 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.2, abr./jun., 2002. p. 13-16

CARMO, Maristela S. do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: *Revista Agricultura em São Paulo*, SP, 45(1), 1998. p. 1-15.

**CENSO AGROPECUÁRIO de 2006 do IBGE.** Disponível em [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br) acesso em 12 de novembro de 2014.

CLEMENTE, Evandro César Clemente. *Formação, dinâmica e a reestruturação produtiva da cadeia do leite na Região de Jales*. 196 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente - FCT/UNESP – Programa de Pós Graduação em Geografia.

CLEMENTE, Evandro César Clemente. *O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da Região de Jales-SP*. 353 f. 2001. Tese (Doutorado em Geografia), Presidente Prudente, FCT/UNESP – Programa de Pós Graduação em Geografia.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil - 1965-1985*. São Paulo: Icone, 1985.

GONÇALES, Claudécir. *As políticas públicas, a modernização dos Cerrados e o complexo soja no Sul Goiano: 1970 – 2005*. 247 f. 2008. Uberlândia, UFU – IG – Programa de Pós Graduação em Geografia.

GUIMARÃES, Gislene Margaret Avelar; RIBEIRO, Francis Lee; ECHEVERRÍA, Agustina Rosa. importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável de municípios com predominância do agronegócio. *Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)*, v.1, n.2., p.1-11, Dezembro, 2011.

HESPANHOL, A. N. Origem, magnitude e territorialização do agronegócio no Brasil. In: *III Encontro de Grupos de Pesquisa Sobre Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Sociais*, 2007, Porto Alegre. Anais do III Encontro de Grupos de Pesquisa Sobre Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

HESPANHOL, A. N. desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v.1, p. 81 – 94.

KAGEYAMA, Ângela A. Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo. In: GARCIA, Ronaldo Coutinho; MARTINE, George. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Editora Caetés, 1987.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. Associativismo e autonomia: caminhos para o desenvolvimento rural contemporâneo. In: *Territorial - Caderno eletrônico de textos*, vol. 4, n. 6, janeiro de 2014.

PEDROSO, Ízula Luiza Pires Bacci; SILVA, Antenor Roberto Pedroso da. O papel das políticas públicas no desenvolvimento agroindustrial de Rio Verde – GO. *REVISTA CAMINHOS DA GEOGRAFIA* – UFU/Uberlândia – p. 20-27, 2005.

PESSOA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. PRODECER (RE) VISITADO: *as engrenagens* da territorialização do capital no Cerrado. *REVISTA CAMPO TERRITÓRIO* – UFU/Uberlândia – p. 1 – 22, 2014.

QUEIROZ, Gilberto José de Faria. *Modernização Agrícola e Transformações socioespaciais em Goiás: Desigualdades e Concentração no Desenvolvimento Regional no período 1930 A 2007*. 2010. 275 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia - UFU – Uberlândia.

SERRA, Elpídio. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. *REVISTA CAMPO-TERRITÓRIO/Uberlândia*, v. 8, n. 16, p. 6-37, 2013.